SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional Conlutas de Lutas
Filiado à CSP -Conlutas

Terça-feira, 9 de novembro de 2010 - JJ 403- 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Todos à Assembleia/Ato

Vamos preparar a retomada da GREVE!

Quinta, dia 11 em frente ao TRF 13h



Em fim de governo, Lula manda barrar PCS. Só a luta e unidade dos servidores serão capazes de superar a intransigência do governo e o "descaso" do STF

A campanha pela aprovação do PCS e contra o congelamento salarial continua e vai ganhar força nesta semana. Segue a intransigência do governo e diversas notícias na imprensa afirmam que Lula fará um forte ajuste fiscal antes de deixar o Planalto para não desgastar a presidente recém-eleita, Dilma Rousseff. O STF até o momento não se pronunciou a respeito das informações que estão sendo divulgadas e nem buscou o governo para defender o PL 6613/09.

Durante os meses de greve, o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, disse que defendia o PCS com o teor que se encontrava na Câmara, mas nada fez quando Lula vetou seu pedido de inclusão de previsão orçamentária para o projeto dos servidores e acatou apenas a proposta que beneficiava os magistrados. Peluso também demorou para receber os representantes dos servidores. Apesar de ter assumido a presidência do STF em abril deste ano, só em julho, no meio da greve, é que aceitou reunir-se com a categoria. Mesmo assim limitou-se a ser porta voz de um "acordo" entre o Judiciário e o Governo de aguardar as eleições para depois discutir o PCS com o aval do próximo presidente. Na época, o ministro disse que os servidores estavam "muito ansiosos" e que o PL estava tramitando dentro do combinado e não havia motivo para não acreditar no governo.

"É hora de cobrar de Peluso o seu compromisso com o PL 6613/09. A retomada da greve é a continuidade de nossa campanha contra o congelamento de salários, que já vivemos há dois anos. Em 2008, quando iniciamos essa luta e as negociações com os tribunais já sabíamos que seria uma dura batalha tendo em vista os projetos de ataque aos nossos salários e direitos enviados por Lula ao Congresso. Apesar das dificuldades não vamos desistir de nosso direito à revisão salarial", ressaltou Ana Luiza Figueiredo diretora do Sintrajud e da Fenajufe.

O calendário aprovado na Fenajufe prevê atos e paralisações nesta quinta-feira, dia 11, e o início da greve a partir de 17 de novembro. É nesta data que está marcada uma audiência com Peluso. A reunião até o momento está mantida, mas a audiência anterior que aconteceria em outubro, foi desmarcada às vésperas.

"A nossa luta não está encerrada. Nada virá de graça. A força da nossa mobilização é que irá definir o tamanho da nossa vitória", ressaltou o diretor da Fenajufe e do Sintrajud Antonio Melquiades, o Melqui.

Em São Paulo, haverá Assembleia/Ato, às 13h, em frente ao TRF, na avenida Paulista.

Lula quer cortar reajuste do Judiciário

O funcionalismo aparece na maioria das notas nos jornais como um dos principais alvos a ser atingido. O jornal "Folha de São Paulo" publicou na edição do último dia 2, que dentre as medidas impopulares para preservar Dilma, Lula iria reduzir o valor do PL 6613/09.

Em entrevista no dia 6/11, ao jornal "O GLOBO", o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, afirmou que foi orientado, logo após as eleições, a se posicionar contra os PCSs do Judiciário Federal e do Ministério Público. "O presidente Lula foi muito firme na reunião, disse que não podemos colaborar em nada que deixe Dilma em uma situação ruim", disse Bernardo na entrevista.

Esta é a primeira vez que algum integrante do primeiro escalão do governo dá uma declaração direta contra a aprovação dos dois projetos. Antes da eleição e à época da greve, o discurso era de que após a definição do próximo presidente as negociações seriam retomadas em torno do projeto, quando o candidato eleito seria consultado sobre a decisão a ser tomada.

Esse é um momento decisivo. Os servidores precisam estar unidos e conscientes de que sem luta não haverá PCS. Na definição do orçamento quem ficar calado está fora da disputa.

Chegaderetaliaçõesdostribunais

Enquanto o ritmo de trabalho cresce em todos os tribunais, medidas que desrespeitam o direito de greve continuam em vigor. No TRF-3, o mutirão "Judiciário em Dia", iniciado em 20 de setembro, pretende julgar mais de 80 mil processos até março de 2011. Um processômetro contabiliza cada processo julgado. No TRT-2, os servidores já se preparam para a Semana da Conciliação, de 29 de novembro a 3 de dezembro. Já no Eleitoral, por conta das eleições, os funcionários têm trabalhado todos os finais de semana.

"As retaliações ocorrem num momento em que as Administrações precisam dos servidores", afirma Angélica Olivieri, diretora do Sintrajud. Segundo ela, os tribunais estão utilizando os descontos e a compensação dos dias da greve como forma de pressão para que a categoria trabalhe mais e coloque em dia um serviço represado há anos. Para a diretora, qualquer trabalho extra deve ser remunerado.

"O dia 11 de novembro também será um momento de mobilização em defesa do direito de greve", diz Ana Luiza Figueiredo, diretora do Sintrajud e da Fenajufe. Ela destaca que a luta por esse direito esteve presente desde o começo da campanha pelo PCS e contra o congelamento. O corte de ponto, primeiro no TRE, depois no TRT, e a compensação hora a hora em todos os tribunais são parte de uma política para intimidar os servidores. "É preciso reagir, resistir às pressões e retomar a luta."

PCS
Estudo demonstra que sobras da União poderiam pagar 32 PCS
Página 03

Vitória
Sintrajud garante suspensão do corte de ponto em Americana
Página 03

Solidariedade
Servidores do TJ-RJ continuam firmes na greve
Página 04

Editorial

O orçamento está em disputa. Cabe a nós a defesa do PCS

As meias palavras ficaram para trás. As declarações do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, expondo a posição do presidente Lula contrária aos projetos que revisam o PCS dos servidores do Judiciário Federal e do MPU mostram sem subterfúgios qual é, e na verdade sempre foi, a posição do governo com relação ao tema.

Agora, com Dilma eleita e com a continuidade da gestão garantida, é desnecessário amaciar o discurso. Não foram precisos mais que cinco dias após o segundo turno das eleições para que essa posição viesse à tona. 'Curioso' que nem o Planalto nem a candidata governista tenham mencionado nada sobre isso, a oposição pura e simples aos projetos, antes do dia 31 de outubro (como, aliás, se 'esqueceram' de dizer que pensavam em recriar a CPMF).

OLHO: O orçamento está em disputa e não fazer nada é um atalho para a aprovação do congelamento salarial

A constatação desse quadro não significa que o PCS-4 esteja perdido. Aliás, por diversas vezes alertamos sobre o imperativo da mobilização para enfrentar a tentativa do governo, ajudado pela cúpula do Judiciário, de derrotar nosso projeto.

Não é saber o que pensam nossos algozes que nos torna mais frágeis para lutar. Ao contrário, o que nos enfraquece é alimentar a ilusão de que tudo está resolvido – como, lamentavelmente, algumas direções sindicais que apoiam o atual governo tentaram fazer. Quando um sindicalista disser: relaxe e espere que os detalhes burocráticos sejam resolvidos, desconfie.

Mas ainda é tempo de lutar. Só não dá mais para adiar a retomada da mobilização. As negociações em torno do orçamento de 2011 estão num momento decisivo – porém nada está decidido, por mais que o governo seja contrário aos projetos dos servidores.

O orçamento está em disputa e não fazer nada é um atalho para a derrota do congelamento salarial sabe-se lá até quando. O que não for destinado à revisão de salários poderá engordar o superávit primário para pagar os juros das dívidas, que fazem a alegria de banqueiros.

É verdade que PCSs anteriores foram aprovados sem a previsão orçamentária – naqueles vitoriosos casos, fez-se a lei para depois adequar o orçamento. Há, no entanto, aspecto distinto na atual batalha. A definição do que entrará no orçamento coincide com a negociação do projeto do PCS-4 em si. Isto é, uma coisa se confunde com a outra, estão interligadas. Tal processo se dará num curto espaço de tempo, não só pelo calendário de votação da LOA. Não são mais de 50 os dias que separam o segundo turno da eleição dos recessos no legislativo e no Judiciário. Outra vez, é hora de lutar.

IDÉIAS

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Para aproximar o Jornal do servidor

Francisco Antero e José Dalmo*

Um sindicato tem três formas de se comunicar com a categoria, a qual representa. Pela internet, pessoalmente quando adentramos nos recintos de trabalho e por intermédio da mídia impressa, os boletins informativos ou jornais informativos. No caso da internet há a concorrência com diversos sítios, o que acaba por desviar um pouco a atenção. Destas a mais importante é o jornal impresso. E neste campo o sindicato falha quando não se mostra incisivo na edição das matérias.

O leitor quando tem em mãos o jornal do sindicato sente que falta uma cobrança direta à administração deste Tribunal. A sensação quando os olhos percorrem os artigos é que estamos numa eterna Lua de Mel com a administração. Por exemplo, na questão das horas a serem compensadas, o qual reputamos como uma grande derrota, a sensação é que estamos "órfãos". O Sindicato sugere que não aceitemos de imediato o teor das portarias, mas a sugestão é meras palavras que não interferem e não suspendem a obrigatoriedade da compensação, ainda mais com um prazo exíguo imposto pela administração. E é público e notório que várias chefias estão pressionando (leia-se assediando) para a compensação. É de fácil percepção que os servidores não estão contentes com o desenrolar do PCS e nem em ter que compensar sabendo que n'outros tribunais a compensação dá-se por serviço atrasado durante a greve.

E se ficar demonstrado que isso não poderá ser revertido que se inicie uma nova forma de dialogar com a base. Demonstrando a dificuldade dos próximos movimentos reivindicatórios. Preparando os servidores para a realidade e que toda greve tem um ônus. Se quiserem ter um futuro para eles e para suas famílias deverão saber que a luta tem que ser real, não mais em discussões nos corredores internos, e sim com a luta na rua.

Outra medida que expressa o aumento do assédio no Tribunal é a edição da portaria 471 (diferente da Portaria 435/2008, a partir de agora a transferência de setor só pode por parte do setor, ou seja, só com a anuência da chefia), que dá "um cheque em branco" para as chefias que gostam de assediar. Publicada no dia 15/10/10, até o momento, não vimos nenhuma repulsa do jornal e da direção do sindicato e isso mesmo tendo sido aprovado pela assembléia setorial do TRF3.

Diante de tantos ataques que a administração tem desferido contra os servidores não podemos concordar com essa omissão por parte do jornal do nosso sindicato, de como não estivesse acontecendo nada.

Para ganhar a confiança do servidor neste momento, que é o pior comparado aos PCS's anteriores, é necessário tornar público as digitais e os reais motivos de tamanha perseguição aos servidores.

* Francisco Antero e José Dalmo são diretores de base do Sintrajud e servidores do TRF

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br,* contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINTRAJUD/SP

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por suas coordenadoras, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, faz saber que fará realizar a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 11 de novembro do ano corrente, a partir das 13 horas, em primeira convocação – no Tribunal Regional Federal 3ª Região (Avenida Paulista, 1842, São Paulo/SP.)**

PAUTA: Campanha pelo PCS-4 e contra o congelamento salarial; Defesa do direito de greve contra as retaliações dos tribunais; Indicativo de greve para o dia 17/11/2010.; E, outros assuntos de interesse da categoria.

São Paulo, 05 de novembro de 2010.

Ana Luiza de F. Gomes / Eliseu Trindade

Coordenadora Executiva / Coordenador Geral



Vai Acontecer

11 de novembro

- Assembleia Estadual no TRF, às 13h, para discutir a retomada da luta pelo PCS

17 de novembro

- Indicativo de retomada da greve do Judiciário Federal em todo país

- Audiência com o presidente do STF, Cezar Peluso, às 17h, em Brasília

27 de novembro

- 30º Conselho de Base do Sintrajud, a partir das 10h,

- Assembleia de prestação de contas do Sintrajud

7 de dezembro

- Festa de Final de Ano do Sintrajud, a partir das 20h, no clube Homs, na avenida Paulista

Aconteceu

6 de novembro

- Posse da nova diretoria do Sindicato dos Metroviários

28 de outubro

- Almoço solidário na JF de Santos



Vitória

Recurso do Sintrajud garante suspensão do corte de ponto no JEF/Americana

Valores descontados serão restituídos aos servidores no mês de novembro

Em resposta ao recurso ingressado pelo Sintrajud, o desembargador Nery Junior suspendeu os efeitos da portaria 1605/2010, que determinava o corte de ponto dos servidores do Juizado Especial de Americana. Com a decisão, os servidores terão os valores descontados devolvidos no mês de novembro, segundo informações da Folha de Pagamento da JF.

A portaria foi publicada durante a greve pela aprovação do PCS e contra o congelamento salarial, determinando o corte de ponto dos funcionários do dia 28 de junho até 11 de julho. Para o Sindicato, esse tipo de medida ataca o direito de greve do servidor. Na decisão, o desembargador cita o entendimento do STF sobre esse direito e destaca que a portaria atinge verba de caráter alimentar. Diz ainda que "em relação à greve dos servidores, está permitido a compensação das horas não trabalhadas".

Assédio Moral

Sintrajud requer anulação da Portaria 471 do TRF-3

Presidência quer que servidor peça autorização ao chefe para poder mudar de setor

Requerimento administrativo do Sindicato busca anular a Portaria 471, publicada pelo presidente do TRF-3, desembargador Roberto Haddad, no dia 15 de outubro. De acordo com a portaria, o funcionário só poderá mudar de setor mediante autorização de sua chefia, com a "apresentação do respectivo formulário, devidamente preenchido, com a respectiva motivação". Para o advogado do Sintrajud, César Lignelli, essa medida, "além de expor a dignidade do trabalhador, não consta na lei".

Na Portaria, o presidente alega "a conveniência pública de disciplinar a movimentação de servidores, segundo parâmetros compatíveis com o interesse público e a melhor gestão administrativa". Mas para a categoria, tal medida é um retrocesso, pois retira o direito do servidor poder deixar o seu setor independente da vontade de seu chefe. Acabar com esse direito significa abrir espaço para aumentar o assédio moral, já tão presente nas relações de trabalho do Judiciário. "O Sindicato mantém uma campanha permanente contra o assédio moral e chama a categoria a lutar contra mais essa arbitrariedade do tribunal", diz Ana Luiza Figueiredo, diretora do Sintrajud e da Fenajufe.



Kit Gaion

Servidores denunciam o assédio moral durante a greve deste ano

Orçamento

Sobras orçamentárias da União poderiam pagar 32 PCS

Caso não seja executado, saldo torna-se superávit primário e é usado para pagamento de juros da dívida pública a banqueiros

"Não há razões para o governo alegar falta de orçamento para a aprovação do PCS." Esta é a conclusão do estudo sobre a execução orçamentária da União de 2010 realizado pelo economista do Sintrajud Washington Moura Lima. O estudo mostra que foram gastos 57,84% do orçamento da União até o dia 27 de setembro. No entanto, o percentual "ideal", que deveria ter sido executado no período do ano, seria de 73,97%. Essa diferença, de 16,14%, resulta num saldo de cerca de R$ 148 bilhões. O valor daria para pagar 32 PCS, levando em consideração o custo líquido de sua implantação de R$ 4,6 bilhões. Se o reajuste fosse aplicado de forma parcelada, o custo imediato seria ainda menor.

Para calcular o saldo, o economista utilizou valores relativos aos Grupos de Natureza de Despesas (GND), que inclui gastos com pessoal, encargos sociais e investimentos, entre outras. Se forem considerados os juros, encargos e amortização da dívida, o saldo sobe para R$ 276,4 bilhões. De todos os gastos, o único que superou o percentual "ideal" foi o do pagamento de juros e encargos da dívida, com 75,51%, representando um déficit de R$ 2,1 bilhões para a União.

O economista explica que qualquer sobra orçamentária torna-se superávit primário. "Como o pagamento dos juros da dívida é maior do que o superávit, todo valor do orçamento que não for executado termina, na prática, indo para o pagamento dos juros", ressalta.

Segundo Washington, é comum a União terminar o ano com sobras no orçamento, que acabam, justamente, indo para o pagamento da dívida pública a banqueiros e especuladores. No ano passado, por exemplo, o economista afirma que houve uma sobra expressiva do orçamento geral de R$ 288,8 bilhões.



AntonioCruz/ABr

Brasília - O ministro do planejamento, Paulo Bernardo, entrega a proposta do governo do orçamento de 2011, no dia 31 de agosto, para o presidente do Senado, José Sarney

Solidariedade

Servidores da Justiça Estadual do RJ continuam firmes na greve

Presidência do TJ-RJ remove arbitrariamente 50 ativistas

Em greve há mais de 20 dias, os servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro estão firmes na luta para garantir que o governo do Estado e o TJRJ cumpram determinação judicial que prevê o pagamento de 24% de reajuste, cujo prazo expirou no dia 3 de setembro passado. A greve dá demonstrações de que os serventuários não "arredam o pé" até que seja garantido o pagamento imediato dos 24% para todos e não se deixam intimidar pelas arbitrariedades da presidência do TJ/RJ. Buscando reprimir uma luta para que a Justiça seja legitimada e querendo quebrar o movimento, a direção do tribunal cassou as licenças sindicais de 13 dos 15 dirigentes licenciados. Os dois dirigentes que restaram, em solidariedade aos companheiros, também abriram mão das suas licenças. Contudo, a fúria do presidente diante da determinação da categoria em prosseguir com a greve, fez com que, arbitrariamente, com uma só canetada removesse para comarcas distantes 50 ativistas. Mesmo assim, a greve alastrou-se ainda mais por todo o Estado. Os 24% resultam de uma luta judicial iniciada há cerca de 20 anos quando o governo de Moreira Franco concedeu reajuste de 70,5% para o funcionalismo estadual, sem incluir os servidores do Judiciário estadual. O TJRJ, posteriormente, em duas ocasiões, concedeu reajustes administrativos de 25% e 10%, respectivamente. A categoria conquistou neste ano de 2010, o direito aos 24% reivindicados. O presidente do TJRJ, Luiz Zveiter, por sua vez, conclamou, em diversas oportunidades, que pagaria os 24% para todos os serventuários.



Servidores do TJ-RJ enfrentam repressão

Segundo a diretoria do Sindjustiça/RJ, os serventuários continuam em greve por tempo indeterminado sem temor das arbitrariedades praticadas.

O Sintrajud, assim como as entidades da CSP-Conlutas, está solidário à luta dos companheiros e disponibilizou no site uma nota de apoio à greve.

Custo de vida

Pesquisa revela que alimentos básicos ficaram mais caros nos dois últimos meses

São Paulo é a capital com maior valor

Das 17 capitais onde o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) realiza a Pesquisa Nacional da Cesta Básica, 16 apresentaram aumentos de preços em outubro. Apesar de não ter registrado a maior variação mensal em outubro, a capital com o maior custo para os produtos alimentícios essenciais foi São Paulo, onde a cesta básica custou R$ 253,79. A única capital onde a cesta básica registrou queda nos preços foi Aracaju (-0,67%).

Com base no maior custo verificado para a cesta básica, e levando em conta a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deveria suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário.

Em outubro, o mais baixo salário pago no país deveria ser de R$ 2.132,09, o que corresponde a 4,18 vezes o mínimo em vigor, de R$ 510,00. Os valores são maiores do que os apurados para setembro, quando o mínimo necessário foi estimado em R$ 2.047,58 (4,01 vezes o piso em vigor). Em outubro de 2009, o Dieese calculava o valor necessário em R$ 2.085,89, ou 4,49 vezes o mínimo então em vigor, de R$ 465.

Variações acumuladas

Nos dez meses deste ano, em todas as localidades pesquisadas os preços acumulam aumento. As maiores variações foram registradas em Goiânia (20,45%), Recife (14,10%), Salvador (12,03%), além de São Paulo e Curitiba, com 11,22% e 9,49%, respectivamente.

São Paulo

O custo da cesta de alimentos básicos em São Paulo atingiu o maior valor entre as capitais pesquisadas, chegando a valer R$ 253,79. A elevação mensal foi de 5,27%, sendo que, considerado o período de janeiro a outubro deste ano, a alta foi de 11,23% e de 10,33% nos últimos 12 meses.

No período de um ano, dez produtos tiveram os preços elevados, sendo que o item com maior alta foi o feijão (93,56%), seguido da carne (20,61%), do pão (9,21%),



da banana nanica (7,55%), do óleo de soja (5,60%), da farinha de trigo (4,36%), do açúcar (3,83%), do leite (2,83%), do arroz (2,56%) e da manteiga (0,48%). Reduziram de preços o tomate (-22,04%), a batata (-12,38%) e o café (-1,09%).

Jornal do Judiciário **Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo**

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaboradores:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Daniel Oliveira **Tiragem:** 13.000